



Antónia Fialho Conde, Olga Magalhães e António Camões Gouveia (dir.)

O Claustro e o Século Espaços, Fronteiras e Identidades

Publicações do Cidehus

Vida monástica feminina e expressões de criatividade e cultura em Évora no período pós- tridentino

Antónia Fialho Conde e Margarida Sá Nogueira Lalanda

Editora: Publicações do Cidehus
Lugar de edição: Évora
Ano de edição: 2020
Online desde: 18 março 2020
coleção: Biblioteca - Estudos & Colóquios
ISBN eletrónico: Biblioteca - Estudos & Colóquios



<http://books.openedition.org>

Refêrencia eletrónica

CONDE, Antónia Fialho ; LALANDA, Margarida Sá Nogueira. *Vida monástica feminina e expressões de criatividade e cultura em Évora no período pós-tridentino* In : *O Claustro e o Século : Espaços, Fronteiras e Identidades* [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2020 (généré le 17 mars 2020). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/10347>>. ISBN : 9791036557927. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.10347>.

Vida monástica feminina e expressões de criatividade e cultura em Évora no período pós-tridentino

Antónia Fialho Conde*, Margarida Sá Nogueira Lalanda**

Resumo

O período moderno assiste, também em Évora, à proliferação de mosteiros e conventos femininos, particularmente a partir de meados do século XVI. De matrizes fundacionais e temporais distintas, estas comunidades legaram-nos um património que urge relembrar e que não são apenas os edifícios, ou as memórias que deles existem sob várias formas, os seus bens dispersos aquando da sua extinção, a sua marca na malha urbana ou periurbana da cidade: é também o seu património documental e musical, artístico e livresco. As freiras e as monjas de então foram agentes protectoras, produtoras, encomendadoras e difusoras de cultura e de obra artística, ainda que sob os ditames de Trento e dos superiores masculinos de que dependiam. Na síntese que aqui apresentamos inserimos o mosteiro cisterciense de São Bento de Cástris (Évora) no contexto geral das Casas religiosas femininas dos séculos XVI a XVIII no que diz respeito a práticas culturais, e destacamos a musical.

Palavras-chave: cultura monástica, música sacra, mosteiro de S. Bento de Cástris, clausura feminina

Abstract:

Early modern age witnessed the proliferation of monasteries and convents also in Evora, particularly from the mid-16th century. From distinct foundational and temporal matrices, these communities have bequeathed us a heritage that we need to remember and that it is not only the buildings, or the memories that exist in them in various forms, their dispersed assets when they are extinguished, their mark on the urban fabric or periurban city: it is also its documentary and musical heritage, artistic and concerning books. The nuns of that time were protective agents, producers, commissioners and diffusers of culture and artistic work, although under the dictates of Trent and the male superiors on which they depended. In the synthesis we present here, we insert the Cistercian monastery of São Bento de Cástris (Évora) in the general context of the female religious

* Departamento de História da Universidade de Évora; CIDEHUS-UÉ; CEHR-UCP

** Departamento de História da Universidade dos Açores; CHAM- UAç

houses from the 16th to the 18th centuries with regard to cultural practices, and we highlight the musical ones.

Keywords: monastic culture, holy music, monastery of St. Benedict of Castris, female enclosure

Introdução

Évora conheceu desde cedo a presença de comunidades de diferentes famílias religiosas. Na Idade Média predominavam nela as casas monásticas masculinas do universo franciscano e dominicano. O século XVI regista na cidade e seu termo o apogeu das fundações monástico-conventuais, tanto pela acção empenhada da hierarquia eclesiástica como pela de particulares, movimento que se prolonga na centúria seguinte e se insere num claro programa de recristianização e evangelização, de exaltação das vocações e do desapego do mundo, de obediência à normativa estabelecida e aos seus representantes, defendido pelas orientações do Concílio de Trento. A predominância daquelas duas Ordens urbanas mantém-se (no caso franciscano, com todas as suas variantes: claustrais, observantes, da estreitíssima observância, conventos femininos obedecendo uns a frades e outros ao bispo, terceiros regulares, e, para não consagrados, recolectas masculinas e recolhimentos femininos), mas várias outras, de diferentes carismas, se estabelecem então na sede e por todo o território da diocese elevada a arquidiocese em 1540; no conjunto, as Casas femininas, das mais variadas filiações e reformas internas, tornam-se as mais numerosas, resultando algumas delas da conventualização de antigos beatérios, recolhimentos ou grupos de *mulheres da pobre vida*¹.

Só numa cidade assento de Corte, atrativa para vários públicos, com redes comerciais que a sustentam, apelativa à fixação de gentes de origens diversas, onde convivem homens das letras e das artes (humanistas, pintores, arquitetos, ourives, músicos), e onde nascem alguns Colégios jesuíticos (um deles, o do Espírito Santo, passa mesmo a ser Universidade, com a primeira aula em 1 de Novembro de 1559), é que se pode compreender o dinamismo destas fundações religiosas no período moderno, somando perto de três dezenas de instituições entre Casas monástico-conventuais, recolhimentos e Colégios, mercê desse esforço fundacional dos séculos XVI e XVII e da continuidade das já existentes. Das consequências deste ambiente destacamos as três mais significativas na dimensão cultural que nos interessa agora: a proliferação de livros no círculo eborense, o

¹ Fontes, 2015.

relevo da prática musical, e as marcas recíprocas, nas Casas religiosas e na sociedade civil, deste contacto tão próximo entre o mundo conventual e o quotidiano da cidade.

Gabriel Pereira estimou que o número de volumes provindos dos mosteiros e conventos hoje existentes na Biblioteca Pública de Évora chegará aos 10.000 (reunidos por Cunha Rivara)², em que se compreendem não apenas as pastas e pergaminhos avulsos dos conventos, na secção Cimeliária ou de Reservados, mas também diversas obras oriundas das livrarias conventuais. A essas comunidades se deve grande parte do importante acervo documental da Biblioteca Pública de Évora e do Arquivo Distrital, onde salientamos os excelentes fundos propiciados pelos Livros de Coro, estando parte desse acervo também presente, entre outros, na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Nacional Torre do Tombo. As instituições religiosas devem ser entendidas não apenas enquanto detentoras mas também como potencialmente criadoras e encomendadoras de alguns desses manuscritos – sublinhe-se a presença de António de Holanda³ na cidade, no século XVI, ou o facto de Évora ser uma cidade universitária, com público significativo para livros. Acresce a esta realidade a acção generosa, de doação de milhares de obras, de dois dos seus arcebispos na transição do século XVIII para o XIX, D. Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima e D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas⁴.

A permanência da Corte em Évora por largas temporadas durante o período moderno teve clara influência no devir cultural da cidade. A música animava as entradas régias, as visitas de personagens importantes e outros momentos solenes, particularmente os religiosos. A Escola Polifónica da Sé de Évora, a Capela da Sé, protegida pelo infante D. Afonso filho de D. Manuel I, é estruturada e dinamizada e, em meados do século XVI, tem uma escola para jovens do Coro e outra para jovens músicos, com idades entre os 10 e os 20 anos, marcando muitos deles o panorama musical da época, e cuja herança se prolongaria⁵. Conta com célebres mestres da Crasta e de Capela na Sé, como Mateus Aranda (entre 1535 e 1544), e durante todo o século XVI surgem nela organistas célebres, a que se junta um grande número de tangedores e cantores⁶. A importância deste legado

² Pereira, 1947,116.

³ Conde & Serrão, 2015, 10,14,15.

⁴ Vaz & Calixto, 2006; Conde, 2017.

⁵ Conde, 2009b; Martins, 2014.

⁶ Baiana Ferreira, que veio a ser mestre de capela em Coimbra, João Contreiras, tangedor de charamela e baixão, os Golete, tangedores de charamelas e sacabuxas, Francisco Gomes, tangedor de contrabaixo. Cf. Alegria, 1944; Alegria, 1977.

(e da sua influência na cidade) tem sido alvo, nos últimos anos, de diversos estudos e abordagens⁷.

De toda esta ambiência são, em simultâneo, beneficiárias e alimentadoras as Casas religiosas eborenses, masculinas e femininas, seja na produção musical seja na de textos, na formação de músicas e músicos como na fruição das suas execuções, no cultivo da leitura individual e colectiva como na realização de celebrações festivas onde o sagrado e o profano convivem sem grande separação. Por isso vamos dar agora especial atenção às expressões de criatividade e cultura no ambiente monástico feminino, com destaque para as de uma comunidade eborense: o Mosteiro de S. Bento de Cástris, da Ordem de Cister, a mais antiga Casa religiosa feminina portuguesa a sul do rio Tejo, cujo rico espólio documental nos elucida, entre muitos outros temas, sobre as formas de sociabilidade interna e externa e a notável atividade de música sacra aí desenvolvidas nos séculos XVI a XVIII.

Expressões culturais nos espaços da clausura feminina

Um convento ou um mosteiro feminino de clausura consiste num espaço confinado e numa comunidade, que aí vive em permanência, de mulheres consagradas em exclusivo ao serviço religioso. Desta realidade decorre a necessidade de se definir, rigorosamente, por um lado, os modos de relacionamento e hierarquia entre todas; por outro, as regras sobre os tempos e os espaços internos e a não-contaminação destes ou dos modelos de comportamento das suas ocupantes por pessoas externas. A palavra “clausura” designa corretamente duas realidades: esta forma de vida religiosa e as zonas internas do edifício exclusivamente autorizadas a freiras professoras; não deve, de modo algum e ao invés do que por vezes é feito, ser aplicada a todo o espaço, murado para trás, onde está implantado o mosteiro, porque além das de clausura há aí zonas de acesso controlado mas permitido a vários tipos de prestadores externos de serviços necessários (como transportadores de cargas e dos frutos das rendas, criadas de fora e servas, fornecedores de comidas, homens das obras, médicos e sangradores, confessores e visitantes masculinos dessa família religiosa), e existe mesmo uma zona obrigatoriamente pública e frequentada pelo menos uma vez por semana por muitos leigos e alguns sacerdotes ou frades, a igreja.

A clausura estrita tornou-se obrigatória e universal para as comunidades femininas na sequência do Concílio de Trento. Foram então publicados alguns tratados regulamentando os locais e os modos do contacto entre o intramuros conventual e o seu exterior (o mundo

⁷ Entre eles, cf. Oliveira, 2016; Henriques, 2016.

secular e o do clero masculino), e neles figuram tanto exigências de cariz espiritual e comportamental como as regras para a construção arquitectónica de uma Casa.

Eram bem diversificados os espaços de atividades culturais e criativas de uma comunidade de freiras ou de monjas: para ouvir missa e sermão, cantar e tocar, o Coro Baixo (no piso térreo) e o Coro Alto (no primeiro andar) num dos topos da igreja (razão pela qual é sempre lateral a porta de entrada dos fiéis); para ouvir ler, o refeitório; para elaborar doces requintados (uns oferecidos a seculares e a alguns frades, ou mesmo ao monarca, como sinal de distinção, outros vendidos para fora ou consumidos pelas próprias), a cozinha; para fazer manualidades e para ler, a casa de trabalho e a cela pessoal. Detenhamo-nos um pouco nalguns deles.

Em qualquer Ordem religiosa, as noviças dispunham de espaços próprios, só estavam com as professoras no Coro e no refeitório (e, na fase final do noviciado, no capítulo semanal, onde expunham as suas culpas antes da restante comunidade, saindo imediatamente a seguir); eram sempre rigorosamente vigiadas pela sua Mestra, que durante o ano de noviciado fazia o seu acompanhamento diário permanente, assegurando o ensino dos rudimentos de doutrina cristã e as regras básicas do viver conventual e do quotidiano religioso. Não eram rigorosamente necessários, na admissão, o domínio da leitura e o da escrita: seriam competências a adquirir/aperfeiçoar, como se verifica na preocupação da existência de espaços para os livros: «Haja uma Livraria comum de todo o Convento [...], da qual] se proverão as pessoas particulares dos Livros que houverem mister para seu uzo com Licença da Abbadeça.»⁸. Lembremos aqui a existência de uma aprendizagem baseada principalmente na audição e na memorização por repetição, particularmente no que respeita à ausência de domínio do latim por parte de quase todas as postulantes; na formação das noviças a sua Mestra tinha papel crucial: «[a Mestra das Noviças] Deve ter muito uzo de lição de livros espirituaes, e pios [...] que no rol adiante se põe: os que as Noviças houverem de usar, serão somente os que a Prelada [outra denominação clarissa para a Abadessa] permitir, que podem ser os mesmos, ou alguns delles»⁹. Desta aprendizagem fazia ainda parte a da música para os exercícios religiosos do dia-a-dia, mas já a cargo de outra religiosa, a responsável pelo cantochão.

Nos mosteiros femininos estava prescrito trabalho obrigatório corporal e de humildade (nomeadamente limpezas), e intelectual, podendo ou devendo (consoante as *Regras*) este último desenvolver-se num espaço comum e ser referido como «o antigo, e louvável

⁸ Biblioteca Pública de Évora (doravante referida como B.P.E.), Convento do Salvador de Évora, Livro 146, fl.64.

⁹ B.P.E., Convento do Salvador de Évora, Livro 146, fl.67.

costume de se juntarem na casa do labor nas occupaçoens do seu honesto trabalho, entretendo neste praticas espirituais, e lição de livros devotos»¹⁰. Tanto aqui como no refeitório havia sempre, enquanto a comunidade aí estava, uma religiosa, substituída semanalmente, encarregada de ler em voz alta para todas um texto edificante (como a biografia de alguém com fama de santidade) ou normativo (a *Regra* ou as *Constituições* da Congregação ou Ordem, as Atas dos Visitadores).

O lazer e as recreações (enquanto alívio do trabalho obrigatório) nas casas menos austeras podiam passar pela execução musical, leitura, pintura de miniaturas, costura, bordado, renda, desenho, pintura, «composição artística com tecidos, rendas, papéis, pequenas pedras e pérolas, madeiras, azulejos, cera, plantas...»¹¹, atividades desenvolvidas, consoante a sua natureza, na casa comum de trabalho, nas celas individuais ou em espaços específicos. A prática de actividades manuais nos mosteiros e conventos encontra em Évora um dos exemplos mais significativos em inícios de Quinhentos no convento dominicano de Nossa Senhora do Paraíso. Soror Joana Correia, sendo priora (1508), adquiriu algumas casas contíguas ao edifício inicial, desenhando-se novos espaços para a igreja, sacristia, dormitórios e claustros e ainda a casa das noviças. Entre as primeiras oficinas que procurou instalar foi uma “casa para teares, sinal que se não pretendia viver ociosamente nas horas que restassem do Coro”¹². Esta informação é comprovada na documentação do convento, sendo citados com alguma frequência os teares e a sua mudança de acordo com a evolução do conjunto edificado:

Quando a Priora Joanna Correa, quis mais alargar a Casa para observancia acrescentou o dormitório com sua portinha para o Côro que tinha feito e debaxo deste Dormitorio ficou huma Casa de Theares onde agora he a Capella de S. Jorge e o despejo da sacristia (...) E assim outra Casa que tão bem servia de Officios, para onde se mudarão os Theares com huma porta para hum Quintal de Galinhas.¹³

A costura para a elaboração de vestidos para as imagens (surgindo no Inventários interessantíssimos enxovais de santos e particularmente do Menino Jesus), flores artificiais, madeira pintada e registos de santos com guarnição de vidro e papel, como

¹⁰ B.P.E., Convento do Salvador de Évora, Livro 17, fol.4.

¹¹ Lalanda, 2008, 1057.

¹² Cacegas, Luis de ; Sousa, Luís de; Santa Catharina, Lucas de. (1767). *Historia De S. Domingos Particular Do Reino E Conquistas de Portugal*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, Parte III, Livro I, Cap. XIII, Paraíso, p. 52.

¹³ BPE- Liv. 14 do Fundo Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora, *Livro dos legados pios feitos ao mosteiro*, 1828, fl. 16; B.P.E.; Liv. 1 do Fundo Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora, fl. 97v., 98v.

encontramos referência no convento de S. José das carmelitas descalças, são outros testemunhos importantes destas actividades. Neste mesmo convento, no Inventário feito após a morte da última religiosa¹⁴, são muitos os objectos relacionados com a fiação, a costura (2 dobadeiras, cavalas de madeira de pinho, bastidores, 5 condessas, 4 açafates, uma maquina pintada). São ainda mencionados artefactos associados à confecção de bolos e doces (um carimbo, designado como um “Heroglífico mudo de S. Bruno”, bacias para bolos, tabuleiros de metal, formas de lata para pão de ló; paus para estender bolos, formas para bolos de metal e de cobre).

Também a escrita das freiras e das monjas não é então entendida como lazer mas sim como trabalho:

corresponde maioritariamente ao cumprimento de uma obrigação ou de uma missão específica, não tanto a uma expressão de liberdade ou de voluntarismo de quem escreve. Trata-se de uma consequência do cargo que uma religiosa ocupa temporariamente (escrivã, abadessa, vigária, provisora, refeiteira, depositária, vigária do coro, sacristã) ou duma tarefa ordenada por um seu superior¹⁵.

Muita desta produção insere-se na tipologia testemunhal, como o são o registo das despesas e receitas, o tomo dos bens, a anotação da proveniência e circulação de títulos de propriedade, rendas e encargos materiais e espirituais, a escrita da história da comunidade, incluindo as admissões, os falecimentos e os feitos espirituais marcantes de algumas das suas religiosas. A criatividade e as preocupações formativas caracterizam a restante escrita feminina conventual e monástica de então, presente na cópia de textos considerados educativos para qualquer mulher e na elaboração original de (auto)biografias e de textos de devoção maioritariamente em verso ou sob a forma de peças de teatro depois representadas pelas próprias religiosas¹⁶.

A propósito do teatro, temos que em inícios do século XVIII as determinações eram bem claras em relação a representações teatrais em espaço claustral, pelo menos no que concerne a Cister: o espaço sagrado não devia ser profanado com tais práticas, mesmo que fossem de natureza espiritual. As monjas não podiam participar em representações teatrais nos locais de contacto com o mundo secular (grades, palatário), pois ao aparecerem em público quebravam a elementar regra da clausura. Para os mosteiros cistercienses femininos (os masculinos não são referidos), a Junta de 4 de Abril de 1709,

¹⁴ B.P.E. Maço 19 Fundo do convento S. José, peça 18.

¹⁵ Lalanda, 2014, 69.

¹⁶ Para S. Bento de Cástris, atender especialmente à obra de Maria de Mesquita Pimentel. Cf. R. Morujão (coord.), Conde & M.R. Morujão, 2014.

sendo Geral Frei António de Quental, proibiu comédias, entremezes, bailes¹⁷. Nas grades, as religiosas não poderiam usar trajes seculares (apenas consentindo que moças e recolhidas fizessem tais representações, sujeitando-se as religiosas, em caso de incumprimento, a cárcere e penitência¹⁸). A Junta em Alcobaça de 1748 retomou a proibição de comédias, óperas, bailes e autos sacramentais (mesmo que as religiosas o fizessem com o hábito) não devendo as abadessas também consentir que educandas, moças ou recolhidas neles participassem¹⁹. Frisemos que os Visitadores alcobacenses já em finais do século XVII tinham deixado claro que nenhum secular podia entrar em Cástris para assistir a representações, e se as religiosas fizessem comédias, apenas poderiam assistir pessoas da Ordem²⁰.

O espaço de recreação destas monjas limitava-se à cerca do convento e, mesmo esse, só podia ser utilizado quando se juntavam em grupos de seis, pelo menos. Esse espaço era controlado pela Madre Cerqueira, sendo vedado a religiosas e criadas sempre que estivessem trabalhadores na vinha ou no pomar. Segundo o calendário agrícola, as portas da cerca eram abertas três vezes por semana às religiosas, desde a Páscoa até às vindimas, excepto se houvesse fruta para colher porque tal implicava a presença de homens. No caso de Cástris, uma cruz situada na cerca marcava o limite do espaço a que as monjas podiam aceder. Tinham também as religiosas uma varanda descoberta sobre o Claustro, que fora concebida para seu passeio, apelando-se sempre à sua limpeza, e ainda um mirante (as religiosas podiam observar o exterior mas não podiam ser vistas), tal como nos conventos femininos que vemos espalhados por Évora e por outras cidades.

Dentro da recreação, a documentação do mosteiro refere o uso do tabaco: desde a transcrição de decretos papais de Clemente II e Inocêncio II sobre os descaminhos do tabaco com prejuízos para a Fazenda Real²¹, até às determinações de que não podia ser

¹⁷“(…) Comciderando o Nosso Reverendissimo E mays Padres Do Deffinitorio a emdicencia de se representem comedias nas Igrejas das Relligiosas estando ia tamtas vezes prohibido ordenarão e mandarão que nos mosteiros de Rellegiozas se não Repezemtem Comedias nem bailes aimda que seião ao devino nas Igrejas, Choros nem ainda em outra qualquer parte omde as Relligiozas que emtrarem nellas posam ser vistas de pesoa alguma quiva fora dos tays mosteiros; e nos tempos do Advemto e quaresma se não poderão Repezemtar as Comedias e bailles imda que seia no imterior do Mosteiro (...)”.B.P.E., Cód. CXXXI/2-7–*Livro das Leis de Capítulos e Juntas do Mosteiro de S. Bento de Cástris extra muros da cidade de Évora*, Fl. 2. Cf. ainda Conde & Lessa, 2018.

¹⁸ B.P.E., Cód. CXXXI/2-23, fl. 108v.

¹⁹ B.P.E., Cód. CXXXI/2-7 – *Livro das Leis de Capítulos e Juntas do Mosteiro de S. Bento de Cástris extra muros da cidade de Évora*, fl. 95v. Cf. Conde, 2019.

²⁰ B.P.E., Cód. CXXXI/2-23.

²¹ B.P.E., Cód. CXXXI/2-23, fl. 78

usado ²², e de que, segundo o Capítulo Geral, por vontade régia, nas quintas da Ordem de Cister não poderia ser plantado ²³.

Ainda no domínio do lazer, corria-se touros no pátio do mosteiro por ocasião da festa de S. Bernardo, em Agosto. As religiosas assistiam das janelas dos segundo e terceiro pisos da ala sul do edifício, e os livros de despesa indicam pagamento a cavaleiros e os gastos com a sua alimentação e com enfeites do pátio. As referências a esta realização, embora escassas, surgem a partir do último quartel do século XVII, sendo que em Carta Pastoral dirigida ao mosteiro em 1729 o Geral da Ordem, Fr. Bento de Melo, proibia a sua realização ²⁴. Esta prática era frequente em Évora, embora já então houvesse quem dela discordasse²⁵.

Expressão musical intramuros no quotidiano monástico feminino

Para as comunidades religiosas, a liturgia marcava o quotidiano monástico, e o Ofício Divino, que ditava a ordem das orações ao longo do dia, definia os moldes da conjugação da oração com a leitura, a música e o canto²⁶.

Para o estudo do culto divino e práticas litúrgicas, as *Constituições* diocesanas e as das diversas Ordens são instrumentos essenciais. O Concílio de Trento, procurando reformar e uniformizar as práticas litúrgicas e os livros ao serviço do Ofício Divino e da Missa de acordo com o uso romano por ele recomendado, marcaria essas práticas no clero secular e regular, só conhecendo alterações de fundo nos séculos XIX e XX, e que, de certa forma, a Encíclica *Annus qui hunc* do Papa Bento XIV em 1749, acerca do acompanhamento instrumental da música sacra, já preconizava. As edições vaticanas dos inícios do século XX, recuperando a tradição gregoriana, marcam o final das edições tridentinas de cantochão, com um rito distinto, tornando-se por isso tão significativo o estudo do espólio musical de monodia cristã tridentina. Por outro lado, e de acordo com interpretações mais radicais das normas conciliares, Trento apelava à supressão da polifonia e ao cumprimento da monodia, bem como aos limites do deleite com a música e sua interpretação, mas reconhecia o papel da música enquanto elemento de reforço da

²² O Capítulo de Maio de 1741 deixou bem clara a determinação de que nenhum religioso ou religiosa o poderia usar, de acordo também com a legislação régia de Março do mesmo ano, sob pena de cárcere e privação de voz activa e passiva, tendo os prelados e preladas a mesma pena se não a cumprissem. B.P.E., Cód. CXXXI/2-7, fl. 61.

²³ B.P.E., Cód. CXXXI/2-6, fl. 2.

²⁴ B.P.E., Cód. CXXXI/2-7, fl. 43v.

²⁵ Assim um idoso capelão e confessor das freiras clarissas do Salvador, Padre Pedro Coelho, que termina deste modo sete Advertências que para elas redige em ano indeterminado do século XVIII: «Isto me puz a escrever nesta tarde dos touros, em que tantas ofensas se farião a Deos, que nós não sabemos sentir, nem chorar». B.P.E., Convento do Salvador de Évora, Livro 146, fl.79.

²⁶ Conde, 2016; Conde, 2019.

devoção. Assim, procurou estimular-se a devoção dos fiéis através da polifonia, mas entendendo-se que esta não se destina ao prazer de ouvir e que era fulcral preservar sempre o texto. A música devia reforçar as cerimónias, apelando aos outros sentidos que não apenas ao ouvido. Não estranhemos, pois, que ao existirem momentos partilhados com ouvidos seculares no quotidiano monástico, as próprias Ordens imponham uma arquitetura dos espaços que reforça quer as barreiras de contacto com o mundo secular quer elementos impeditivos do contacto visual com as religiosas (grades estreitas, cortinas opacas e espessas), o que acabará por criar a noção de *vozes sem corpo*²⁷ e estimular a devoção das populações.

Temos ainda que os atores da Reforma católica, a vários níveis, se apercebem do poder emocional da arte, da importância da música no reforço de cerimónias e na atração dos fiéis. Note-se os casos dos oratorianos ou dos jesuítas, realçando a paixão pela arte musical e formando nos seus Colégios músicos de exceção, como os do Colégio Germânico em Roma. Sublinhemos ainda que o Concílio de Trento reavivou a tradição da música para a missa, impondo também claras restrições à composição (solenidade, rejeição de elementos seculares). A música, como as outras artes, procurou após Trento conciliar a estética oficial com as necessidades de um público já acostumado a uma tradição artística musical²⁸. Mas a prática variou grandemente, não só entre filiações religiosas e diferentes meios urbanos, como até no seio de uma mesma Ordem ou localidade: justamente em Évora, a Casa cisterciense de S. Bento de Cástris desenvolveu uma notável atividade de música sacra, como veremos a seguir, e a Casa clarissa do Salvador tinha como costume diário as missas e os ofícios divinos «em tom simples, e devoto, [...] sem canto chão nem de Orgão»²⁹.

Nos mosteiros, a atividade do Coro era da responsabilidade da Cantora-mor (ou da Vigária do Coro, consoante a Ordem religiosa ou Congregação), a que se juntava a Mestra de Capela nas questões da música instrumental; a presença no Coro significava assegurar o *Invitatório*, dizer lições, versos e salmos, levantar antífonas, funções que

²⁷ Monson, 1995.

²⁸ Cf. Castagna, 2001.

²⁹ B.P.E., Convento do Salvador de Évora, Livro 146, fls.63v-64. É curioso que tal prática caracterize uma Casa que se regia pela Regra clarissa mais suave, a de Urbano IV, e não pela original e em que Santa Clara definiu que o Ofício Divino seria lido sem canto; note-se, porém, a existência de uma corrente interpretativa que considera esta ausência não como proibição mas, pelo contrário, como concessão de dispensa da aquisição de livros de Coro, demasiado caros para a pobreza almejada para esta Ordem. Cf. Soto, 1994, 881.

nalgumas Casas seriam repartidas alternadamente pelas religiosas que ocupavam o Coro Baixo e pelas que se situavam no Coro Alto ³⁰.

Dos quase vinte mosteiros femininos da arquidiocese de Évora nesta época, aquele cujo acervo e legado musical se encontra totalmente identificado e estudado é o de S. Bento de Cástris ³¹. A sua documentação revela-nos também as configurações do enquadramento geral da prática de música sacra nesta Casa como nas demais da Congregação Autónoma de Alcobaça que, a partir de 1567, passou a ser o ramo independente português da Ordem Cisterciense. As Juntas e Capítulos da Congregação davam indicações claras sobre a presença da música e do canto nos ofícios litúrgicos, bem como sobre a forma de tocar e cantar. Em 1777³², e considerando o deplorável estado da Ordem tanto no espiritual como no temporal, a Congregação procurou também a uniformização do rito (o cisterciense), das missas (públicas – a “matutinal” de Prima e a conventual de Terça ou do Dia – e as privadas – quotidianas, de aniversários de meses e as temporárias) e do canto (da alternância entre o canto e o órgão, como nos Salmos e Hinos, dos versos levantados pelos cantores, dos tons das vozes, da sequência do Coro e sua uniformidade)³³.

Na *praxis* musical de S. Bento de Cástris, as monjas executantes de música eram designadas “cantoras” ³⁴, “organistas” ³⁵ ou “tangedoras” de tecla, baixão ou instrumentos de cordas (harpa, viola d’arco) ³⁶. Elas participavam de redes de solidariedades familiares e com implicações dentro e fora do mosteiro: parentes diretos (pais, irmãos) de algumas comprometiam-se a ensinar a prática de algum instrumento, não apenas à sua familiar como à restante comunidade religiosa; o caso mais documentado é o das aulas de órgão ³⁷. No intuito de conciliar tão importante aprendizagem e o disciplinamento da clausura, a Visita feita em 1680 pelos religiosos da Congregação de Alcobaça autorizava que as

³⁰ É o que parece poder deduzir-se desta passagem das *Constituições*, aprovadas em 1742, do Convento do Salvador: «No discurso do rezar consolem-se com o que entenderem, ou interiormente sentirem, sem as de hum Côro perderem a atenção do que diz o outro.» B.P.E., Convento do Salvador de Évora, Livro 146, fl. 38.

³¹ Graças ao Projeto Exploratório FCT EXPL/EPH-PAT/2253/2013 ORFEUS - *A Reforma tridentina e a música no silêncio claustral: o mosteiro de S. Bento de Cástris*, que decorreu entre fevereiro de 2014 e julho de 2015. Cf. <http://www.orfeus.pt>

³² Capítulo Geral em que foi nomeado Geral Frei António Caiado por Breve do Núncio Apostólico e Aprovação da Rainha, a 8 de Outubro de 1777; como Frei António Caiado morreu pouco depois, as determinações capitulares foram aprovadas no Capítulo de 2 de Abril de 1778, em que foi eleito Frei António Caldeira, Cronista-mor do reino.

³³ B.P.E., Cód. CXXXI/2-6, Peça 11, Fl. 22; Conde, 2019.

³⁴ B.P.E., Cód. CXXXI/2-2, fl.45.

³⁵ B.P.E., Cód. CXXXI/2-27, fl.338.

³⁶ B.P.E., Cód. XXXI/2-2, fl.188v.

³⁷ Conde & Lessa, 2014.

grades pequenas fossem usadas para ensino de canto de órgão, como era costume em todos os mosteiros da Congregação³⁸.

Registe-se ainda a presença de músicos e de cantores externos que participavam em cerimónias e celebrações no mosteiro, os primeiros especialmente por ocasião da festa do patriarca S. Bernardo, em Agosto, e os segundos em momentos do calendário litúrgico em que não podiam participar vozes femininas, como as *Paixões* e o *Exultet*³⁹. Eram contratados e pagos pelo mosteiro, despesa a que se acrescentava a encomenda de instrumentos ou o seu conserto ou a feitura de Livros de Coro.

Esses livros eram vigiados pela Casa-Mãe, Santa Maria de Alcobaça, e alguns foram mesmo assinados por monges deste mosteiro. Um dos copistas identificados é Frei António de Araújo, bibliotecário nele, duas vezes confessor em S. Bento de Cástris (1663-1666 e 1678-1680), também confessor em Celas (1666), mestre dos noviços em Alcobaça (1669) e prelado em S. Pedro das Águias (1672). Mais um exemplo: em Setembro de 1798 pagou-se a despesa (relativa ao triénio anterior) com uns livros para o Coro de Cima feitos por outro religioso alcobacense, Frei Rodrigo das Dores⁴⁰.

Alguns dos manuscritos musicais de finais de Setecentos e de Oitocentos, como peças de órgão para quatro mãos, foram compostos expressamente para Cástris, sobretudo por autores locais (entre eles, o Padre José Joaquim da Rocha Espanca); outros são cópias que circulavam e que constam também de outros arquivos, tanto de compositores nacionais como estrangeiros⁴¹.

Dado o significativo espólio musical legado por esta comunidade de Évora, sabemos hoje que, embora limitando-se quase exclusivamente ao papel de intérpretes (e não de criadoras, tanto quanto o saibamos até agora), elas protagonizaram e interpretaram um repertório que encomendaram e a que, embora controlado por Alcobaça, conseguiram dar um cunho particular. De facto, são diversas as religiosas encomendadoras, que pagavam a suas expensas o trabalho dos copistas, iluminadores e encadernadores, ficando o seu nome ligado à história musical do mosteiro. Desde Violante de Souza Chichorro, vinda de

³⁸ B.P.E., Cód. CXXXI/2-23, fl. 36.

³⁹ Cf. Conde & Lessa, 2018; Lessa & Lalanda, 2015. A presença de cantores externos (neste caso, padres) é também referida, nos mesmos moldes, para o mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo em 1798. Cf. Fernandes, 1997/98, 81.

⁴⁰ B.P.E., Cód. CXXXII/1-18, fl. 11.

⁴¹ Entre outros, os Padres Ignácio Ferreira de Lima, Joaquim José da Rocha Espanca, Francisco António Norberto dos Santos Pinto, Marcus António Portugal, P. Francisco José de Assis, e os leigos Francisco de Freitas Gazul, L. Miró, J.J. Almeida, Manuel Maria da Costa Freire, José Maria Franeli, e João José Baldi. Estes compositores são citados no Inventário do mosteiro, aquando da morte da última religiosa, em 1890. B.P.E., Livro 24 do Fundo de S. Bento de Cástris, Peça 13. Cf. ainda Lessa, 2016, sublinhando nessa identificação o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, AHMF, caixa 1927, fonte também trabalhada por Alegria, 1977.

Odivelas a pedido de D. Edme de Saulieu na segunda metade do século XVI para reformar a comunidade ainda antes das decisões conciliares tridentinas que o mosteiro procurou estabelecer uma prática litúrgica registada por escrito, e que acompanharia as correntes estéticas sucedâneas, expressando-se também na entrada, no mundo regular, de práticas musicais do século, de que são exemplo as composições de estrangeiros que circulavam também pelo mosteiro e que fazem parte do seu legado.

Nota Final

São efetivamente merecedoras de grande atenção a riqueza e a diversidade das manifestações culturais e das expressões artísticas geradas no interior dos mosteiros femininos entre meados do século XVI e o final do XVIII. Mesmo sendo este um período marcado (pelo menos nas suas primeiras décadas) por um significativo reforço do controlo e da disciplina pessoal e institucional nestas comunidades, de acordo com as decisões do Concílio de Trento, é notável a criatividade das religiosas para embelezarem os seus momentos quotidianos de oração comunitária, de trabalho, de recreio. Do seu labor e do seu investimento monetário resultam obras tão variadas quanto textos originais, manualidades, livros de cânticos e orações, órgãos, músicas, artes do “saber fazer”. Todo este património, tanto o material como o intangível, reverte a favor não só das suas autoras ou agentes mas também das suas Casas religiosas, e, porque perdura ainda hoje fisicamente ou graças aos testemunhos que o documentam, da sociedade a que pertencemos.

Apesar do controlo da hierarquia religiosa masculina, que sempre tentou limitar a atividade criadora na vida intramuros, as monjas de S. Bento de Cástris conseguiram conferir um maior esplendor às práticas de devoção, através da música. Naturalmente, uma realidade a complementar com novos dados, tanto a nível local como nacional e internacional.

Fontes

Biblioteca Pública de Évora [B.P.E.]:

Cód. CXXXI/2-2- *Livro de Dotes do mosteiro de S. Bento de Cástris*

Cód. CXXXI/2-6 - *Livro das Leis de Capítulos e Juntas do Mosteiro de S. Bento de Cástris extra muros da cidade de Évora*

Cód. CXXXI/2-7- *Livro das Leis de Capítulos e Juntas do Mosteiro de S. Bento de Cástris extra muros da cidade de Évora*

Cód. CXXXI/2-21- *Livro das eleições das abadessas trienais do mosteiro de S. Bento de Cástris*

Cód. CXXXI/2-23 – *Livro das Visitas do Real mosteiro de S. Bento de Cástris*
Cód. CXXXI/2-27 - *Livro de escrituras, dotes e contratos*
Cód. CXXXII/1-2 – *Livro da Feitoria do mosteiro de S. Bento de Cástris*
Cód. CXXXII/1-4 – *Livro da Feitoria do mosteiro de S. Bento de Cástris*
Cód. CXXXII/1-8 – *Livro da Feitoria do mosteiro de S. Bento de Cástris*
Cód. CXXXII/1-15 – *Livro da Feitoria do mosteiro de S. Bento de Cástris*
Cód. CXXXII/1-18 – *Livro da Feitoria do mosteiro de S. Bento de Cástris*
Cód. CXXXII/1-24 – *Livro da Feitoria do mosteiro de S. Bento de Cástris*
Liv. 17 do Convento do Salvador de Évora
Liv. 146 do Convento do Salvador de Évora
Maço 19 do Fundo do convento S. José, peça 18.
Liv. 24 do Fundo de S. Bento de Cástris, Peça 13.
Liv. 14 do Fundo Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora, *Livro dos legados pios feitos ao mosteiro*, 1828, fl. 16.
Liv. 1 do Fundo Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora, fl. 97v., 98v.
Cacegas, Luis de ; Sousa, Luís de; Santa Catharina, Lucas de. (1767). *Historia De S. Domingos Particular Do Reino E Conquistas de Portugal* . Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, Parte III, Livro I, Cap. XIII, Paraíso, p. 52.

Estudos

ALEGRIA, José Augusto, cónego (1944) - A Música em Évora no século XVI (tentativa de esboço histórico). *A Cidade de Évora*. Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal. N.º 6, p. 25-43; n.º 7-8, p. 118-132.

ALEGRIA, José Augusto, cónego (1977) - *Biblioteca Pública de Évora – Catálogo dos Fundos Musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BORNSTEIN, Daniel (1996) - «Women and Religion in late Medieval Italy: History and Historiography». In Bornstein, Daniel; Rusconi, Roberto (edit.). In *Women and Religion in Medieval and Renaissance Italy*. Chicago/London: Chicago University Press., p. 1-27. Disponível em: https://books.google.pt/books?redir_esc=y&hl=ptPT&id=t7cl67VEtKAC&q=PP.127#v=onepage&q=PP.1-27&f=false

CASO, Ángeles (2007) - *Las Olvidadas. Una história de mujeres creadoras*. Barcelona: Planeta.

CASTAGNA, Paulo (2001) - «Cantochão e liturgia: implicações na pesquisa da música católica latino-americana (séculos XVI-XX)». In *Anais do IV Simpósio Latino-*

Americano de Musicologia. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 199-222. ISSN 1415-2991.

COLTON, Lisa (2011) - Languishing for Provenance: “Zelo tui langueo” and the Search for Women’s Polyphony in England. *Early Music*, Vol. 39 n°3, p. 315–325. Disponível em: www.jstor.org/stable/41262211

CONDE, Antónia Fialho (2009a) - *Cister a Sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Lisboa: Ed. Colibri.

CONDE, Antónia Fialho (2009b) - O Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora e a acção de D. Frei Luís da Silva Teles. *A Cidade de Évora*. Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal. II Série, n° 8, p. 467-480.

CONDE, Antónia Fialho (2013) - «O modelo da Perfeita Religiosa e o Monaquismo cisterciense feminino no contexto pós-tridentino em Portugal». In Carreiras, José Albuquerque (dir.). In *Actas do Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses - História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Ed. Jorlis, Edições e Publicações, Lda. Tomo II, p. 397-412. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/8621>

CONDE, Antónia Fialho (2015) - «Expressões de religiosidade e misticismo no *jardim fresco e ameno* de S. Bento de Cástris ». In Fontes, João Luís; Andrade, Maria Filomena; Marques, Tiago Pires (coord.). In *Vozes da Vida Religiosa Feminina. Experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, p. 91-106.

CONDE, Antónia Fialho (2015) - «O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento». In Torremocha Hernandez, Margarita; Braga, Isabel Drumond (coord.). In *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 235-257. DOI: 978-989-26-1033-7. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1033-7_10.

CONDE, Antónia Fialho (2016) - «Ambiência monástica e prática litúrgico-musical pós-tridentinas no mosteiro de S. Bento de Cástris». Antónia Fialho Conde e António Camões Gouveia (dirs.). In *Do Espírito do Lugar - Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz: I e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris (2013, 2014)* [online]. Évora: Publicações do Cidehus (generated 17 October 2016). Available on the Internet: <<http://books.openedition.org/cidehus/1985>>. ISBN: 9782821875029. DOI: 10.4000/books.cidehus.1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/19189>

- CONDE, Antónia Fialho (2017) - «Parte I - Évora e os manuscritos iluminados da Biblioteca Pública de Évora». In *Lux Anima. As Iluminuras na Biblioteca de Évora*. Lisboa: Ed. Althum, p. 13-39. ISBN: 978-989-683-021-2. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/21399>
- CONDE, Antónia Fialho (2019). «Do tanger e do cantar no mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris». Sá, Vanda de; (dir.) Conde, Antónia Fialho (dir.). In *Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património*. Nouvelle édition [en ligne]. Évora: Publicações do CIDEHUS. ISBN: 9791036521669. DOI:10 4000/books.cidehus.7002. Disponible sur Internet: <https://books.openedition.org/cidehus/8886>
- CONDE, Antónia Fialho; SERRÃO, Vítor (2015). A encomenda de retábulo para o mosteiro de São Bento de Cástris em 1534: mecenas, artistas e agentes envolvidos. *Artis - Revista de História da Arte e Ciências do Património*. 2ª série, nº 3. Lisboa. Ed. Caleidoscópio, pp. 8-15.
<http://hdl.handle.net/10174/16908>
- CONDE, Antónia Fialho; SILVA, Isabel Maria Botelho de Gusmão Dias Sarreira Cid da (2015) - Os Livros de Coro do mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris: análise codicológica de um Antifonário. Salvador González, José Maria (org.). *Mirabilia Ars. El poder de la Imagen. Ideas y funciones de las representaciones artísticas*, Nº 2, p. 58-83. ISSN 1676-5818. Disponível em: <https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/ars/pdfs/02-04.pdf>
- CONDE, Antónia Fialho; LALANDA, Margarida Sá Nogueira (2015) -The monastery of St.Benedict of Cástris as a space of assertion and power: from the mystic marriage to musical *praxis*. *European Scientific Journal*, edição especial de Agosto de 2015 (ESJ AUGUST 2015 /SPECIAL/ EDITION), p. 401-408. Disponível em: <http://www.eujournal.org/index.php/esj/article/view/6164/5949> .
- CONDE, Antónia Fialho; LALANDA, Margarida Sá Nogueira (2017) - « A ação disciplinadora de Trento no quotidiano monástico feminino do mosteiro de S. Bento de Cástris». In Fontes, João Luís; Andrade, Maria Filomena; Marques, Tiago Pires (coord.). In *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*. Lisboa: CEHR-UCP, p. 121-138. ISBN: 978-972-8361-77-8. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/21374>.
- CONDE, Antónia Fialho & LESSA, Elisa (2018) - Gostar das palavras divinas e do que ali se trata: as celebrações litúrgicas pós tridentinas nos conventos femininos de beneditinas e cistercienses. *Verba Volant? Oralidade, Escrita e Memória*. Pinto, Ana Paula; Lopes, Maria José; Melo, António; Pinto, João Carlos Onofre; Balsas, Álvaro

- (eds.). Braga: Axioma – Publicações da Faculdade de Filosofia. Coleção Humanidades, p. 183-209. ISBN: 978-972-697-298-3 (Ebook).
- CONDE, Antónia Fialho & LESSA, Elisa (2014) - « Art and Science in the organs of the monastery of S. Bento de Cástris». *6th international Conference of the European Society for the History of Science – Communicating Science, Technology and Medicine*. Lisboa: Ed. CIUHCT. ISBN: 978-989-96231-3-2.
- FERNANDES, Cristina (1997/98) - A música no contexto da cerimônia da Profissão nos mosteiros femininos portugueses (1768-1828). *Revista Portuguesa de Musicologia*. Nº 7-8, Lisboa, p. 59-94
- FONTES, João Luís Inglês (2015) - Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da pobre vida de Évora. *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª S. 31, 51-71.
- FONSECA, María Sanhuesa (2004) - «Música de señoras: las religiosas y la teoría musical española del siglo XVII». In *La clausura femenina en España: actas del simposium: 1/4-IX-2004*. San Lorenzo del Escorial: Real Centro Universitario Escorial
- María Cristina, p. 167-180. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1176611>.
- HENRIQUES, Luís (2016) - «O canto ofício na Quaresma e Semana Santa no Mosteiro de S. Bento de Cástris: O manuscrito P-EVad Ms 29 e a sua organização». In *Do Espírito do Lugar-Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz I e II Residências Cistercienses de São Bento de Cástris (2013, 2014)*, pp.47-59.
- LALANDA, Margarida Sá Nogueira (2014) - Leitura e Mediação de Freiras de Clausura. *Ponto de Acesso. Revista do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia*. Vol.8, nº.2 – Edição especial: Mediação e Leitura, agosto de 2014, Salvador: Universidade Federal da Bahia, p. 61-81. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/11954/8602>.
- LALANDA, Margarida Sá Nogueira (2008) - «Vida religiosa e trabalho: freiras de clausura nos Açores no século XVII/ Religious life and work: cloistered nuns in the Azores in the 17th century». In Simas, Rosa Maria Neves (coord.). In *A Mulher e o Trabalho. Women and Work*, vol.V de *A Mulher nos Açores e nas Comunidades*. Ponta Delgada: UMAR - Açores, p.1053-1067.
- LESSA, Elisa (2011) - «Nun's musical activity. North's convents of Portugal in the eighteenth and early nineteenth centuries». In Morales, Luísa (coord.). In *Música de tecla en los monasterios femeninos y conventos de España, Portugal y las Américas*. Almería: Ed. Asociación Cultural LEAL, 61-66.

- LESSA, Elisa (2016) - «Guardar o silêncio, cantar louvores ao Divino: a vida intamuros das monjas de Cister». In *Do espírito do lugar – Música, Estética, Silêncio, Espaço, Luz: I e II Residências Cistercienses de S. Bento de Cástris (2013. 2014)*. [en ligne]. Évora: Publicações do CIDEHUS. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/2034> ISBN: 9782821875029. DOI: 10.400/books.cidehus.2034.
- LESSA, Elisa; LALANDA, Margarida Sá Nogueira (2015) - How valuable was Music for cloistered nuns? A study case in S. Bento de Cástris (Évora, Portugal). *European Scientific Journal*, edição especial de Agosto de 2015. ([ESJ AUGUST 2015 /SPECIAL/EDITION](#)), 369-381.
Disponível em: <http://www.eujournal.org/index.php/esj/article/view/6161/5946>.
- MARTINS, Octávio (2014) - *A prática interpretativa da música coral portuguesa do século XVII: análise de registos fonográficos da música da Escola da Sé de Évora (1980-2013)*. FCSH da UNL- Departamento de Ciências Musicais. Dissertação de Mestrado.
- MORUJÃO, Isabel (coord.); CONDE, Antónia Fialho; MORUJÃO, Rosário. (2014) - *Em treze Cantos: Epopeia feminina em recinto monástico. O Memorial dos Milagres de Cristo, de Maria de Mesquita Pimentel*. Braga, Co-ed.: CITCEM, CIDEHUS, CHSC.
- MONSON, Craig A. (1995) - *Disembodied Voices: Music and Culture in an Early Modern Italian Convent*. Berkeley: University of California Press.
- OLIVEIRA, Filipe Mesquita de (2016) - O Património musical das catedrais – o órgão e o fundo musical da Sé de Évora. *Invenire*. Nº 3 especial (Os Tempos das Catedrais). Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. ISSN 1647-8487.
- PEREIRA, Gabriel (1947) – *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 2ª ed.
- REYNES, Geneviève (1987) - *Couvents de femmes. La vie des religieuses cloitrées dans la France des XVII et XVIII siècles*. Paris: Fayard.
- RÍOS IZQUIERDO, Pilar (1994) - *Mujer y Sociedad en el siglo XVII a través de los avisos de Barrionuevo*. Madrid: Ed. Horas y Horas.
ROSA, Mario (1995) - «A Religiosa». In Villari, Rosario (dir.). In *O Homem Barroco*. Lisboa: Ed. Presença, p. 175-206.
- SÁ, Vanda de (2013) - «Música Instrumental no contexto da festa litúrgica portuguesa no final do Antigo Regime». In Lucas, M. Elisabeth; Nery, Rui Vieira (org.). In *As Músicas Luso-Brasileiras no Final do Antigo Regime. Repertórios, Práticas e Representações*. Lisboa: INCM /Fundação Calouste Gulbenkian, p. 427-452.

- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. (2009) - As Ordens Religiosas na Diocese de Évora 1165 – 1540. *Medievalista* [Em linha]. Nº7, (Dezembro de 2009). Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>
- SOTO, María Javier, OSC (1994) - «La Musica desde el siglo XVI en el Monasterio de la Asunción de Nuestra Señora (Castil de Lences, Burgos) ». In *Las Clarisas en España y Portugal. Actas del Congreso Internacional Salamanca, 1993*. Madrid: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, Vol.I/2, p. 879-886.
- VAZ, Francisco Lourenço; CALIXTO, José António (2006) - *Frei Manuel do Cenáculo – construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.